



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



EDITAL TOMADA DE PREÇOS N.º 018/2019 (MENOR PREÇO POR ITEM)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, ESTADO DA PARAÍBA através de sua Comissão Permanente de Licitação- CPL, constituída pela Portaria nº 119/2019, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que realizará licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, tipo menor preço por item, de acordo com o que determina a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas modificações.

- **Recebimento dos envelopes: impreterivelmente até as 09:00 hs do dia 20 de maio de 2019.**
- **LOCAL DA LICITAÇÃO:** Sala de reuniões, localizada à Rua Assis Barbosa de Lira, nº 37 – Sede da Secretaria Municipal da Administração, Bonito de Santa Fé-PB.
- **VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO R\$ 56.225,00 (Cinquenta seis mil duzentos e vinte cinco reais).**

1. OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de fisioterapia para a realização sessões de fisioterapia geral, para atendimento aos pacientes da rede municipal de saúde de Bonito De Santa Fé, especificações conforme anexo I do Edital.

1.1 - A presente licitação através da Tomada de preços, do tipo menor preço unitário, conforme descrição e quantidades constantes na tabela anexa (anexo I), para o exercício fiscal de 2019/2019, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os preceitos da supra referida Lei.

1.2. JUSTIFICATIVA

1.2.1 A presente contratação dos referidos serviços visam atender a população bonitense de acordo com suas necessidades de saúde por tratamentos especializados em fisioterapia seguindo encaminhamentos médicos de pacientes que venham necessitar de tratamento e reabilitação dos diversos problemas de saúde descritos na tabela.

1.2.2 As quantidades foram definidas conforme histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses, acrescidas de uma margem de segurança para que não haja desabastecimento do estoque durante a vigência do contrato.

1.2.3 As quantidades aqui elencadas é apenas uma estimativa de consumo, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

2 - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

2.1 Poderão apresentar-se à licitação pessoas físicas ou jurídicas, cadastradas na Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé, bem como as que manifestarem interesse em participar do certame com antecedência de no mínimo, 03(três)dias antes da data marcada para a entrega dos envelopes.

2.2. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar no Envelope nº 1, os documentos abaixo relacionados, mesmo que estes apresentem alguma restrição (**Lei Complementar nº 123/06, art. 43**).



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



- a) Certidão Negativa de Tributos Municipais do Município sede da empresa;
- b) Certidão Negativa de Tributos Estaduais
- c) Certidão Negativa de Tributos Federais
- d) Certidão Negativa do INSS (CND).
- e) Certidão Negativa do FGTS.
- f) Contrato Social e suas alterações ou Declaração de Firma Individual,
- g) Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.
- h) Alvará de Localização e Funcionamento Vigente.
- i) Descrição do profissional ou equipe técnica com a respectiva comprovação e registro no conselho competente.

2.2.1- Caso as microempresas ou empresas de pequeno porte apresentem na fase de habilitação alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, sendo que, em caso de não regularização da documentação dentro do prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação (**Lei Complementar nº 123/06, art. 43, §§ 1º e 2º**).

2.2.2 - Não poderão participar da presente licitação as empresas interessadas que: estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé, tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, se encontrem sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação, bem como licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição.

2.2.3 - Nesta licitação é vedada a participação, direta ou indiretamente, das empresas, cujos dirigentes, gerentes, sócios ou responsáveis técnicos mantenham qualquer vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé.

3 - DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO.

- As empresas poderão ser representadas por:

3.1. Sócio - proprietário ou dirigente da sociedade - Documento oficial de identidade, contrato social registrado em órgão competente, ou documento que comprove poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em nome da licitante, todos originais ou cópias autenticadas em cartório;

3.2. Procurador – Documento oficial de identidade, instrumento público de procuração, documento que comprove a outorga de poderes, na forma da Lei, para praticar ou exercer todos os atos inerentes ao certame, impresso em papel timbrado, todos originais, ou cópias autenticadas em cartório, específica para o presente certame.

3.2.1. Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada do documento comprobatório dos poderes do outorgante (ato constitutivo/deliberativo da pessoa jurídica) que deverá ser apresentado no momento do Credenciamento.



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



3.3. O não atendimento as exigências acima citadas não impedem a participação da empresa licitante no certame, porém, impossibilita a mesma de se manifestar e responder pela empresa, impedindo rubricar documentos, opinar ou interferir no desenvolvimento dos trabalhos;

3.4 Nenhuma pessoa ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa junto a Comissão Permanente de Licitação, na mesma licitação.

3.5 - As propostas serão recebidas em uma via datilografada, impressa ou manuscrita em letra legível, de preferência em papel timbrado da empresa, assinada em sua última folha e rubricadas nas demais pelos proponentes ou seus procuradores autorizados, sem entrelinhas, rasuras ou borrões.

O licitante deve usar dois envelopes distintos, fechados e com a seguinte descrição:

Ao Município de BONITO DE SANTA FÉ (PB)
 Tomada de preços n.º ____/2019
 Envelope n.º 01- **DOCUMENTAÇÃO**
 NOME DA EMPRESA:

Ao Município de BONITO DE SANTA FÉ (PB)
 Tomada de preços n.º ____/2019
 Envelope n.º 02- **PROPOSTA**
 NOME DA EMPRESA:.....

4 – DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

4.1 - O envelope n.º 01 deverá conter os seguintes documentos:

- a) Cédula de Identidade;
- b) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização de funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- f) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas(CNPJ) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica(CNPJ), conforme o caso;
- g) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- i) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço(FGTS);
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhista – CNDT;
- l) Declaração de ciência e concordância com os termos deste Edital;
- m) Declaração de fato superveniente de impedimento da empresa;
- n) Alvará de Localização e Funcionamento Vigente;
- o) Descrição do profissional ou equipe técnica com a respectiva comprovação e registro no conselho competente.



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



4.2 - Caso alguma das certidões constantes no Certificado de Registro Cadastral do Município, esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente até o dia 06 de setembro de 2019, sob pena de inabilitação,

4.3 - Os documentos poderão ser apresentados nos originais ou em fotocópias autenticadas por um tabelião, ou por servidor desta Administração Pública Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.

4.4 - Os documentos de que se trata o item 4(DA HABILITAÇÃO E SEUS SUB-ITENS) que não apresentarem prazo de validade fixados no corpo do mesmo, terão validades de 30(trinta) dias corridos da sua emissão.

5 - DA PROPOSTA

5.1 - As propostas serão recebidas em uma via datilografada, impressa ou manuscrita em letra legível, de preferência em papel timbrado da empresa, assinada em sua última folha e rubricadas nas demais pelos proponentes ou seus procuradores autorizados, sem entrelinhas, rasuras ou borrões.

5.2 - O envelope n.º 02 deverá conter a proposta com:

a) Planilha indicativa de valores unitários e totais dos serviços cotado, conforme descrição e quantidades constantes na tabela anexa (anexo I);

b) Prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 dias;

6 - DO PROCEDIMENTO

6.1 Recebidos os envelopes, na data e horário designados, a Comissão de Licitações passará à apreciação da fase de habilitação;

6.2 Abertos cada um dos envelopes, os documentos serão rubricados pelos membros da Comissão de Licitações e pelos licitantes presentes.

6.3 A seguir, a Comissão de Licitações, se julgar em condições, decidirá sobre a habilitação dos concorrentes, considerando-se automaticamente inabilitado aquele que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos.

6.4 Ao declarado inabilitado, será devolvido, fechado, o envelope da proposta, contra recibo ou mediante consignação em ata, se não tiver o licitante representante autorizado presente;

6.5 A seguir, a Comissão de Licitações abrirá os envelopes de propostas, rubricando cada folha e colhendo a rubrica dos licitantes presentes, que poderão examinar as propostas.

6.6 Nenhum adendo será admitido nesta fase.

7 - DO JULGAMENTO



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



7.1 - Ficam estabelecidos, como critérios de julgamento das propostas, no interesse do serviço público, as condições de menor preço unitário, prazo de validade da proposta, e outros critérios da Comissão de Licitações, devidamente justificados, relativos ao objeto do presente Edital, na escolha da proposta mais vantajosa para o Município de Bonito de Santa Fé(PB);

7.2 Em caso de empate de duas ou mais propostas, obedecido o disposto no parágrafo 2º do artigo 3º da Lei n. 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

7.3 O resultado do julgamento da documentação, das propostas e do julgamento dos recursos administrativos interpostos pelos licitantes, será publicado no *hall* de entrada do prédio sede da Secretaria de Administração, sito a Rua Dr. Batista Leite, 80 – Centro da Cidade de Bonito de Santa Fé-PB e na Imprensa Oficial.

9 – DA FORMA DE PAGAMENTO E DOS SERVIÇOS

9.1. A apresentação das contas e as condições de pagamento serão feitas conforme o disposto abaixo:

9.1.1. O fornecedor vencedor apresentará mensalmente ao Município, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados de acordo com o cronograma estabelecidos pela SMSBSF. Após a validação dos documentos e processamento das faturas realizadas pelo contratante, o contratado fará jus ao pagamento dos serviços prestados e autorizados conforme programação da SMSBSF e de acordo com a legislação vigente, no prazo de até trinta dias a contar da autorização da SMSBSF.

9.1.2. Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue ao(a) CONTRATADO(A) recibo, assinado ou rubricado pelo servidor da CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional;

9.1.3. Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá ao(a) CONTRATADO(A) o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houverem, no pagamento seguinte.

9.1.4. As contas rejeitadas pelo Controle, Avaliação e Auditoria do CONTRATANTE, ficarão à disposição do(a) CONTRATADO(A), que terá um prazo máximo de 30 dias, a contar do pagamento efetuado, para apresentar recurso, que será julgado no prazo máximo de 30 dias.

9.1.5. Caso os pagamentos já tenham sido efetuados, fica o CONTRATANTE autorizado a debitar o valor pago indevidamente no mês seguinte, frente aos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios.

9.3. As Notas Fiscais de serviços, previstas neste Edital, serão emitidas de acordo com o cronograma elaborado pelo Município.

9.4. O município através da Secretaria Municipal da Saúde pagará sob o regime de empreitada por preço unitário, ao licitante vencedor, pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários de cada procedimento, de acordo com a proposta apresentada.

10 - DAS PROPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições deste tomada de preços:



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



10.2 Em nenhuma hipótese será concedido prazo para apresentação da documentação e proposta exigidas e não apresentadas na reunião de recebimento;

10.3 Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

10.4 Só terão direito a usar a palavra, rubricar as propostas e apresentar reclamações ou recursos, assinar atas e o contrato os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão de Licitações;

10.5 Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação não serão admitidos à licitação os participantes retardatários;

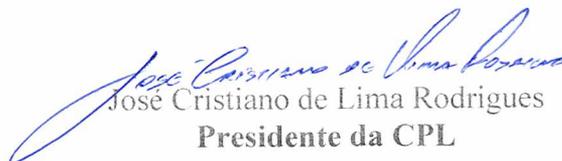
10.6 A empresa vencedora da presente licitação, se desistir de fornecer os serviços licitado, poderá, a critério da Administração, ser suspensa do direito de licitar, pelo prazo de 2(dois) anos, independentemente das medidas judiciais cabíveis;

10.7 - A Prefeita fica assegurada o direito de, no interesse do Município, revogar ou anular a presente Licitação, sem que caiba aos licitantes quaisquer direitos a reclamação ou indenização;

10.8 - Aplica-se à presente Licitação os dispositivos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações;

10.9 - O presente Edital poderá ser retirado junto à Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Bonito de Santa Fé-PB), no horário das 08:00 até as 12:00 horas, Sala de reuniões, localizada à Rua Assis Barbosa de Lira, nº 37 – Sede da Secretaria Municipal da Administração, Bonito de Santa Fé-PB. No mesmo local também serão fornecidas maiores informações.

Bonito de Santa Fé(PB), 30 de abril de 2019.


 José Cristiano de Lima Rodrigues
 Presidente da CPL



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Secretaria Municipal de Saúde



TERMO DE REFERÊNCIA

1-OBJETO

1.1. Contratação de serviços especializados, através de pessoa jurídica, para a realização de sessões de fisioterapia Geral, para atendimento de pacientes da Rede Municipal de Saúde de Bonito de Santa Fé em conformidade com encaminhamentos médicos ou de profissionais de saúde habilitados.

ITEM	ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTES	UNID	QUANT
1	Pré e pós cirurgia oncológica	UNID	100
2	Transtorno respiratório s/ complicações sistêmicas	UNID	100
3	Transtorno clínico cardiovascular	UNID	100
4	Pré/pós cirurgia cardiovascular	UNID	100
5	Disfunções vasculares periféricas	UNID	300
6	Pré e pós-operatório nas disfunções musculoesquelético;	UNID	300
7	Alterações motoras	UNID	400
8	Pré e pós-operatório nas disfunções musculoesqueléticas c/ complicações sistêmicas;	UNID	150
9	Distúrbios neuro-cinéticofuncionais s/ complicações sistêmicas	UNID	150
10	Distúrbios neuro-cinéticofuncionais c/ complicações sistêmicas	UNID	150
11	Desordens do desenvolvimento neuro motor	UNID	200
12	Pré/pós-operatório de neurocirurgia	UNID	100
13	Seqüelas por queimaduras (médio e grande queimados)	UNID	100

2- JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação dos referidos serviços visam atender a população bonitense de acordo com suas necessidades de saúde por tratamentos especializados em fisioterapia seguindo encaminhamentos médicos de pacientes que venham necessitar de tratamento e reabilitação dos diversos problemas de saúde descritos na tabela.

2.2 As quantidades foram definidas conforme histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses, acrescidas de uma margem de segurança para que não haja desabastecimento do estoque durante a vigência do contrato.

2.3 As quantidades aqui elencadas é apenas uma estimativa de consumo, não podendo ser exigida, nem considerada, como valor para pagamento mínimo. Tal estimativa poderá sofrer acréscimos ou supressões sem que isso justifique motivo para qualquer indenização ao adjudicatário.

3- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Rua Mãe Umbelina, 12, Centro, Bonito de Santa Fé - Email:saude@bonitodesantafe.pb.gov.br



ESTADO DE SÃO PAULO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - CNPJ 05.207.080/0001-19
Secretaria Municipal de Saúde

TERMO DE REFERÊNCIA

1- OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de serviços especializados, através de pessoas físicas, para a realização de exames de diagnóstico por imagem (radiografia, ultrassom, tomografia computadorizada, ressonância magnética) em pacientes de baixa renda, em unidades de saúde de referência de saúde de São Paulo em conformidade com o Edital nº 001/2019.

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	QUANT.
1	Exe e pós cirurgia oncológica	UNID	100
2	Transtorno respiratório em condições sistêmicas	UNID	100
3	Transtorno sistêmico cardiovascular	UNID	100
4	Pré e pós cirurgia cardiovascular	UNID	100
5	Distúrbios vasculares periféricos	UNID	300
6	Pré e pós operação nas doenças musculoesqueléticas	UNID	200
7	Alterações mentais	UNID	400
8	Pré e pós operação nas doenças musculoesqueléticas em condições sistêmicas	UNID	150
9	Distúrbios neuro-circulatórios em condições sistêmicas	UNID	150
10	Distúrbios neuro-circulatórios em condições sistêmicas	UNID	150
11	Exames de diagnóstico por imagem (radiografia)	UNID	200
12	Pré e pós operação de neurocirurgias	UNID	100
13	Exames por ultrassom (músculo e tendão duplo)	UNID	100

2 JUSTIFICATIVA

2.1 A presente contratação dos serviços especializados visa atender a população portadora de doenças crônicas, em especial as doenças cardiovasculares, que necessitam de exames de diagnóstico por imagem para o acompanhamento e tratamento das doenças. A realização dos exames de diagnóstico por imagem em pacientes de baixa renda é essencial para o diagnóstico precoce e o tratamento adequado das doenças, evitando complicações e melhorando a qualidade de vida dos pacientes.

2.2 As despesas foram definidas conforme histórico de consumo dos últimos 12 (doze) meses, corrigidas de uma maneira de regular para não haja desbalanceamento do orçamento e vigência do contrato.

2.3 As quantidades aqui elencadas são estimativas de consumo e não representam o valor máximo a ser pago pelo contratante. O contratante poderá solicitar alterações no orçamento sem que isso justifique qualquer alteração no edital.

3 DAS CONDIÇÕES DA CONTRATADA

Rua Wladimir, 12, Centro, São Paulo - SP, CEP: 01010-000, Fone: (11) 3364-1234, E-mail: contato@saude.sp.gov.br



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
Secretaria Municipal de Saúde



- 3.13.** - Apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no contrato, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.
- 3.14.** - Informar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, quaisquer problemas ocorridos durante a execução dos serviços.
- 3.15.** - A Contratada deverá cumprir todas as disposições legais pertinentes a segurança do trabalho às quais estão sujeitos contratos de trabalho regidos pela CLT, independente do seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação.

4 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;
- 4.2. Fiscalizar execução do objeto licitado;
- 4.3. Informar imediatamente CONTRATADA, por escrito, quaisquer problemas ocorridos durante a execução dos serviços.
- 4.4. Agendar as consultas previamente junto à CONTRATADA

5-FORMA DE PAGAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS-

- 5.1. A apresentação das contas e as condições de pagamento serão feitas conforme o disposto abaixo:
- 5.1.1. O fornecedor vencedor apresentará mensalmente ao Município, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados de acordo com o cronograma estabelecidos pela SMSBSF. Após a validação dos documentos e processamento das faturas realizadas pelo contratante, o contratado fará juz ao pagamento dos serviços prestados e autorizados conforme programação da SMSBSF e de acordo com a legislação vigente, no prazo de até trinta dias a contar da autorização da SMSBSF.
- 5.1.2. Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue ao(a) CONTRATADO(A) recibo, assinado ou rubricado pelo servidor da CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional;
- 5.1.3. Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá ao(a) CONTRATADO(A) o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houverem, no pagamento seguinte.
- 5.1.4. As contas rejeitadas pelo Controle, Avaliação e Auditoria do CONTRATANTE, ficarão à disposição do(a) CONTRATADO(A), que terá um prazo máximo de 30 dias, a contar do pagamento efetuado, para apresentar recurso, que será julgado no prazo máximo de 30 dias.
- 5.1.5. Caso os pagamentos já tenham sido efetuados, fica o CONTRATANTE autorizado a debitar o valor pago indevidamente no mês seguinte, frente aos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios.

Rua Mãe Umbelina, 12, Centro, Bonito de Santa Fé - Email:saude@bonitodesantafe.pb.gov.br



- 3.13 - Apresentar quando solicitado, documentos que comprovem o cumprimento de legislações em vigor quanto às obrigações assumidas no contrato em especial aquelas relativas a trabalhistas, previdenciárias, tributárias, fiscais e comerciais.
- 3.14 - Informar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, quaisquer problemas ocorridos durante a execução dos serviços.
- 3.15 - A Contratada deverá cumprir todas as disposições legais pertinentes e segurança do trabalho, assim como os procedimentos de controle de qualidade estabelecidos no contrato de pessoal empregado em sua execução.

4 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 4.1. Fazer o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as condições pactuadas;
- 4.2. Fiscalizar execução do objeto contratado;
- 4.3. Informar imediatamente CONTRATADA por escrito, quaisquer problemas ocorridos durante a execução dos serviços;
- 4.4. Aguardar as consultas previstas no presente instrumento junto à CONTRATADA.

5 - FORMA DE PAGAMENTO E EXATIDÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. A apresentação das contas e as condições de pagamento serão feitas conforme o disposto abaixo:
 - 5.1.1. O fornecedor apresentará mensalmente ao Município as faturas e os documentos relativos aos serviços efetivamente prestados de acordo com o cronograma estabelecido pela SMRSF. Após a verificação dos documentos e processamento das faturas realizadas pelo contratado, o contratado fará jus ao pagamento dos serviços prestados e autorizados conforme programação da SMRSF e de acordo com a legislação vigente, no prazo de até trinta dias a contar da autorização da SMRSF.
 - 5.1.2. Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue ao(s) CONTRATADO(A) recibo assinado ou rubrica pelo servidor da CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional.
 - 5.1.3. Ocorrendo erro, falta ou falha de processamento das contas por culpa do CONTRATANTE, este pagará ao(s) CONTRATADO(A) o pagamento no prazo devido neste contrato pelos valores do mês imediatamente anterior, sendo-se as diferenças que houverem no pagamento seguintes.
 - 5.1.4. As contas realizadas pelo Controlador, Avaliação e Auditoria do CONTRATANTE, terão a disposição do(s) CONTRATADO(A), que terá um prazo máximo de 30 dias a contar do pagamento efetivado, para apresentar recursos, que será julgado no prazo máximo de 30 dias.
 - 5.1.5. Caso os pagamentos já tenham sido efetuados, fica o CONTRATANTE autorizado a debitar o valor pago indevidamente no mês seguinte, ficando os procedimentos relativos a inadimplências ou impugnações.



ESTADO DA PARAÍBA
Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
Secretaria Municipal de Saúde



- 3.1.** Os serviços deverão ser prestados diretamente pelos profissionais da CONTRATADA, na sede do município, nos dias definidos pela Secretaria da Saúde, em local de responsabilidade da CONTRATADA, que venha a atender a todos os serviços listados em tabela, assim como esteja de acordo com todas as normas de funcionamento exigidas pelo CREFITO - PB, ANVISA e Vigilância Sanitária Municipal.
- 3.2.** Atender funcionalmente as demandas cabíveis e oferecer melhor atendimento aos usuários SUS.
- 3.3.** É expressamente proibida a cobrança de qualquer quantia, sob qualquer título, dos serviços prestados ao paciente, nos limites da cobertura deste contrato.
- 3.3.1.** A CONTRATADA será responsabilizada pela cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto.
- 3.3.2** Comprovada a cobrança citada no presente parágrafo a CONTRATADA deverá ressarcir o paciente no valor cobrado no prazo improrrogável de 24(vinte e quatro) horas e se sujeitará à penalidade de advertência, a ser aplicada de forma escrita.
- 3.3.3.** Na hipótese de reincidência da cobrança a CONTRATADA se sujeitará a multa de duas vezes o valor cobrado.
- 3.4.** É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto avençado, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Prefeitura de Bonito de Santa Fé.
- 3.5.** Apresentar a Secretaria de Saúde do Município sempre que solicitado, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.
- 3.6.** Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário.
- 3.7.** Justificar ao paciente ou o seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato.
- 3.8.** Notificar a Secretaria Municipal de Saúde de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando a Secretaria Municipal de Saúde no prazo de 60(sessenta) dias contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
- 3.9.** Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus funcionários em serviço, causados a terceiros ou a Secretaria Municipal Saúde, mesmo quando utilizando equipamentos da Secretaria do município.
- 3.10.** Substituir qualquer componente da equipe que apresentar comportamento inadequado ou indecoroso, ou não demonstrar qualificação para os serviços que são objetos do Contrato, no prazo máximo de 24 horas.
- 3.11.** - Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela fiscalização da Secretaria Municipal de SAÚDE na execução dos serviços.
- 3.12.** Acatar, em todos os seus termos, as determinações de segurança que venham a ser implantadas através de Ordens de Serviço expedidas pelo Município.

Rua Mãe Umbelina, 12, Centro, Bonito de Santa Fé - Email:saude@bonitodesantafe.pb.gov.br



ESTADO DA PARANÁ
Prestadora Municipal de Saúde de Santa Fé - CNPJ 08.921.037/0001-18
Secretaria Municipal de Saúde

3.1. Os serviços deverão ser prestados de acordo com as normas de funcionamento exigidas pelo CONTRATO - PR. ANVISA e Vigilância Sanitária Municipal.

3.2. Atender funcionalmente as demandas cabíveis e oferecer melhor atendimento aos usuários.

3.3. É expressamente proibida a cobrança de qualquer dano, sob qualquer título, dos serviços prestados ao paciente, nos limites da cobertura deste contrato.

3.3.1. A CONTRATADA será responsabilizada pela cobrança indevida feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto.

3.3.2. Compromete-se a CONTRATADA a fornecer cópia de toda a documentação necessária para a prestação de serviços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas e as seguintes condições de atendimento a ser aplicadas de forma escrita:

3.3.3. Na hipótese de reincidência da cobrança a CONTRATADA se sujeitar a multa de duas vezes o valor cobrado.

3.4. É de responsabilidade exclusiva a integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução de objeto supracitado, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comissões resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Prefeitura de Santa Fé.

3.5. Apresentar a Secretaria de Saúde do Município sempre que solicitado, comprovação de cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais legalmente exigidas.

3.6. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário.

3.7. Realizar ao paciente ou o seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quanto ao motivo de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato.

3.8. Realizar a Secretaria Municipal de Saúde de eventual alteração de sua razão social ou de seu endereço eletrônico e de endereço de sua diretoria, contrato ou estado, enviando a Secretaria Municipal de Saúde no prazo de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Carteira de Identificação ou do Contrato de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

3.9. Responder por qualquer dano pessoal ou material ocasionados por seus funcionários em serviço, causados a terceiros ou a Secretaria Municipal Saúde, mesmo quando utilizando equipamentos da Secretaria do município.

3.10. Substituir qualquer componente de equipe que apresentar comportamento inadequado ou ineficiente, ou não demonstrar qualificação para os serviços que são objetos do Contrato, no prazo máximo de 24 horas.

3.11. Será imediatamente suspensa qualquer irregularidade ou defeitos verificados pela fiscalização da Secretaria Municipal de SAÚDE na execução dos serviços.

3.12. Atender em todos os seus pontos, as determinações de segurança que venham a ser implantadas através de Ordens de Serviço expedidas pelo Município.



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Secretaria Municipal de Saúde



- 5.3. As Notas Fiscais de serviços, previstas neste Edital, serão emitidas de acordo com o cronograma elaborado pelo Município.
- 5.4. O município através da Secretaria Municipal da Saúde pagará sob o regime de empreitada por preço unitário, ao licitante vencedor, pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários de cada procedimento, de acordo com a proposta apresentada.

6-CRITÉRIOS PARA DECISÃO DA PROPOSTA VENCEDORA

- 6.1. O critério para decisão da proposta vencedora será o de *menor preço por item*.

7 - REAJUSTE DOS PREÇOS

- 7.1. O preço proposto será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer altera o dos mesmos, sob alega o de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

8 - FISCALIZA O DO CONTRATO

A execu o do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscaliza o e avalia o por representante da Administra o, com atribui es específicas, devidamente designadas pela Contratante e deverá ser exercida conforme Cláusula Contratual, da minuta do contrato em anexo.

José Andson Barbosa Oliveira
 SECRETÁRIO DA SAÚDE
 Port N  015/2018

José Andson Barbosa Oliveira
 Secretário de Saúde
 Port. 015/2018

Rua Mãe Umbelina, 12, Centro, Bonito de Santa Fé - Email:saude@bonitodesantafe.pb.gov.br



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



ANEXO II

(MINUTA DO CONTRATO)

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2019
 CONTRATO PMBSF Nº/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE BONITO DE SANTA FÉ - ESTADO DA PARAÍBA E A EMPRESA.....

Pelo presente instrumento particular, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BONITO DE SANTA FÉ, entidade de Direito Público Interno, Órgão de Regime Jurídico Único, sediada á Av. Aurea dias de Almeida, N°190, centro, Centro, BONITO DE SANTA FÉ - Estado da Paraíba, representada neste ato pelo Senhor Prefeito Municipal **FRANCISCO CARLOS DE CARVALHO**, escrito no RG sob nº 617.082 2^A via – SSP – PB e CPF nº 251.619.974-00, residente na Rua João Pedro das Neves, nº 18 centro, no município de Bonito Santa Fé -PB, Doravante denominada de **CONTRATANTE**; e a empresa inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº., com sede na nº. na Cidade de representada por, inscrito no CPF sob nº....., portador da RG nº doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, a serem realizados na forma de execução indireta, mediante cláusulas e condições a seguir, tudo de acordo com o Processo licitatório na modalidade Tomada de Preços nº 019/2019.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO - O presente contrato tem por objeto Contratação de serviços especializados, através de pessoa jurídica, para a realização de sessões de fisioterapia Geral, para atendimento de pacientes da Rede Municipal de Saúde de Bonito de Santa Fé em conformidade com encaminhamentos médicos ou de profissionais de saúde habilitados, conforme especificações constantes no anexo I do edital e proposta de preços apresentada.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os serviços obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às disposições do Edital nº ____/2019, além das obrigações assumidas na proposta firmada pela Contratada em...../...../2019, e dirigida ao Contratante, contendo os valores dos serviços, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Contrato, no que não o contrariem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO - A presente contratação tem o valor mensal de R\$(.....), totalizando o valor global de R\$.....(.....).

PARÁGRAFO PRIMEIRO- É facultado ao **CONTRATANTE** o direito de fazer acréscimos ou supressões nas quantidades inicialmente previstas, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação, nas mesmas condições propostas, na forma do parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, observando-se o disposto no parágrafo 2º e seguintes do referido artigo.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE PAGAMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS -

3.1. A apresentação das contas e as condições de pagamento serão feitas conforme o disposto abaixo:

3.1.1. O fornecedor vencedor apresentará mensalmente ao Município, as faturas e os documentos referentes aos serviços efetivamente prestados de acordo com o cronograma estabelecidos pela SMSBSF. Após a



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



validação dos documentos e processamento das faturas realizadas pelo contratante, o contratado fará juízo ao pagamento dos serviços prestados e autorizados conforme programação da SMSBSF e de acordo com a legislação vigente, no prazo de até trinta dias a contar da autorização da SMSBSF.

3.1.2. Para fins de prova da data de apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, será entregue ao(a) CONTRATADO(A) recibo, assinado ou rubricado pelo servidor da CONTRATANTE, com aposição do respectivo carimbo funcional;

3.1.3. Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento das contas, por culpa do CONTRATANTE, este garantirá ao(a) CONTRATADO(A) o pagamento, no prazo avençado neste contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior, acertando-se as diferenças que houverem, no pagamento seguinte.

3.1.4. As contas rejeitadas pelo Controle, Avaliação e Auditoria do CONTRATANTE, ficarão à disposição do(a) CONTRATADO(A), que terá um prazo máximo de 30 dias, a contar do pagamento efetuado, para apresentar recurso, que será julgado no prazo máximo de 30 dias.

3.1.5. Caso os pagamentos já tenham sido efetuados, fica o CONTRATANTE autorizado a debitar o valor pago indevidamente no mês seguinte, frente aos procedimentos não realizados, indevidos ou impróprios.

3.3. As Notas Fiscais de serviços, previstas neste Edital, serão emitidas de acordo com o cronograma elaborado pelo Município.

3.4. O município através da Secretaria Municipal da Saúde pagará sob o regime de empreitada por preço unitário, ao licitante vencedor, pelos serviços efetivamente prestados, os valores unitários de cada procedimento, de acordo com a proposta apresentada.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA - O presente Contrato terá o prazo de validade restrito ao ano de 2019, a contar da data da assinatura deste termo de acordo com o Art. 57 de Lei nº 8.666/93, podendo, no interesse da Administração, ser prorrogado através de Termos Aditivos.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTÇÃO ORÇAMENTÁRIA - As despesas decorrentes da execução do contrato, correrão à conta dos recursos de 2019, na unidade orçamentária:

02.070 Secretaria de Saúde

10 301 2002 2030 Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde

10 301 1004 2053 – Manutenção da Estratégia Saúde da Família - ESF

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA - Constituem obrigações da CONTRATADA:

6.1. Os serviços deverão ser prestados diretamente pelos profissionais da CONTRATADA, na sede do município, nos dias definidos pela Secretaria da Saúde, em local de responsabilidade da CONTRATADA, que venha a atender a todos os serviços listados em tabela, assim como esteja de acordo com todas as normas de funcionamento exigidas pelo CREFITO - PB, ANVISA e Vigilância Sanitária Municipal.

6.2. Atender funcionalmente as demandas cabíveis e oferecer melhor atendimento aos usuários SUS.

6.3. É expressamente proibida a cobrança de qualquer quantia, sob qualquer título, dos serviços prestados ao paciente, nos limites da cobertura deste contrato.

6.3.1. A CONTRATADA será responsabilizada pela cobrança indevida, feita ao paciente ou seu representante, por profissional empregado ou preposto.

6.3.2 Comprovada a cobrança citada no presente parágrafo a CONTRATADA deverá ressarcir o paciente no valor cobrado no prazo improrrogável de 24(vinte e quatro) horas e se sujeitará à penalidade de advertência, a ser aplicada de forma escrita.



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



6.3.3. Na hipótese de reincidência da cobrança a CONTRATADA se sujeitará a multa de duas vezes o valor cobrado.

6.4. É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto avençado, incluindo-se os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Prefeitura de Bonito de Santa Fé.

6.5. Apresentar a Secretaria de Saúde do Município sempre que solicitado, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas.

6.6. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário.

6.7. Justificar ao paciente ou o seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato.

6.8. Notificar a Secretaria Municipal de Saúde de eventual alteração de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança de sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando a Secretaria Municipal de Saúde no prazo de 60(sessenta) dias contados a partir da data do registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial ou do Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

6.9. Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus funcionários em serviço, causados a terceiros ou a Secretaria Municipal Saúde, mesmo quando utilizando equipamentos da Secretaria do município.

6.10. Substituir qualquer componente da equipe que apresentar comportamento inadequado ou indecoroso, ou não demonstrar qualificação para os serviços que são objetos do Contrato, no prazo máximo de 24 horas.

6.11. - Sanar imediatamente quaisquer irregularidades ou defeitos verificados pela fiscalização da Secretaria Municipal de SAÚDE na execução dos serviços.

6.12. Acatar, em todos os seus termos, as determinações de segurança que venham a ser implantadas através de Ordens de Serviço expedidas pelo Município.

6.13. - Apresentar, quando solicitado, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas no contrato, em especial encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

6.14. - Informar imediatamente a Secretaria Municipal de Saúde, por escrito, quaisquer problemas ocorridos durante a execução dos serviços.

6.15. - A Contratada deverá cumprir todas as disposições legais pertinentes a segurança do trabalho às quais estão sujeitos contratos de trabalho regidos pela CLT, independente do seu quadro de pessoal enquadrar-se nesta situação.

CLÁUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE- O CONTRATANTE compromete-se, durante a vigência do Contrato a:

7.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada no presente instrumento, dentro do prazo previsto, desde que atendidas às formalidades pactuadas;

7.2. Fiscalizar execução do objeto licitado;

7.3. Informar imediatamente CONTRATADA, por escrito, quaisquer problemas ocorridos durante a execução dos serviços.

7.4. Agendar as consultas previamente junto à CONTRATADA



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



CLÁUSULA OITAVA- DA NÃO VINCULAÇÃO EMPREGATÍCIA - Registre-se que o presente contrato não configura-se qualquer relação de emprego, eis que estão ausentes os requisitos básicos para este mister.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO/FISCALIZAÇÃO-A execução das atividades contratuais, em conformidade com as disposições contidas no art. 67 da Lei nº 8.666/93, será acompanhada por um representante do **CONTRATANTE**, especialmente designado para esse fim, a ser oportunamente indicado pela Administração.

PARÁGRAFO ÚNICO -A fiscalização do **CONTRATANTE** não excluirá nem reduzirá a responsabilidade da **CONTRATADA** perante o **CONTRATANTE** ou terceiros na execução do fornecimento objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES - Em caso de descumprimento das condições contratuais ou não veracidade das informações prestadas, a **CONTRATADA**, garantida prévia defesa, estará sujeita às penalidades, a seguir relacionadas:

I - advertência;

II - multa de 0,2% (zero virgula dois por cento) sobre o valor do contrato, por infração de qualquer cláusula contratual, que será dobrada em caso de reincidência;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A recusa injustificada da empresa adjudicatária em assinar o contrato e receber a nota de empenho no prazo de 03 (três) dias úteis, após a convocação oficial, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.

PARÁGRAFO SEGUNDO-As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente justificadas e comprovadas, a juízo da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO- O contrato só poderá ser alterado em conformidade com o disposto no art. 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO O presente contrato poderá ser rescindido de conformidade com o disposto nos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, nas seguintes hipóteses:

I – determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III – judicial, nos termos da legislação.

PARÁGRAFO ÚNICO- Na hipótese de ocorrer rescisão administrativa, são assegurados à Administração os direitos previstos no art. 80 do aludido diploma legal e, em sendo amigável, esta deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Prefeitura de Bonito de Santa Fé.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO- De conformidade com o disposto no art. 61, § 1º da Lei nº 8.666/93, o presente contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial do Estado.



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA- FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Administração, com atribuições específicas, devidamente designadas pela Contratante e deverá ser exercida conforme Cláusula Contratual, da minuta do contrato em anexo.

As partes contratantes elegem o foro da comarca a que pertencer a cidade de Bonito de Santa Fé, no Estado da Paraíba, para dirimir eventuais questões relacionadas com este Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DO FORO

As partes contratantes elegem o foro da comarca a que pertencer a cidade de Bonito de Santa Fé, no Estado da Paraíba, para dirimir eventuais questões relacionadas com este Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de pleno acordo, foi o presente Termo lavrado em duas vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Bonito de Santa Fé-PB, de..... de 2019.

PREFEITURA DE BONITO DE SANTA FÉ
 FRANCISCO CARLOS DA CARVALHO
 CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHA

Nome:
 CPF:

Nome:
 CPF:



ESTADO DA PARAÍBA
 Prefeitura Municipal De Bonito de Santa Fé - CNPJ 08.924.037/0001-18
 Comissão Permanente de Licitação



ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICRO EMPRESAS

TOMADA DE PREÇOS Nº ____/2019

Ao
 Presidente da Comissão de Licitação
 Prefeitura Municipal de Bonito Santa Fé-PB

ANEXO IV - DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

....., (nome da empresa) com sede na
 (endereço) inscrita no CNPJ sob o nº, vem através de
 seu representante legal infra-assinado, com fundamento no artigo 3º e seus parágrafos da Lei Complementar
 nº 123, de 15 de dezembro de 2006, manifestar a sua **opção pelo tratamento diferenciado e favorecido**,
 estando apta a usufruir do tratamento ali previsto.

DECLARA ainda, ser:

▪ **Microempresa** e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do §
 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

▪ **Empresa de pequeno porte** e não haver nenhum dos impedimentos previstos nos
 incisos do § 4º do artigo 3º da Lei Complementar.

_____, em ____ de _____ de _____

(Representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa